

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL: UMA ANÁLISE DAS ÁREAS RURAIS E DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DESTINADOS À EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE.

Helga Tesch Arnholz

Estudante de Direito 9º período. Endereço: Rua Jequitibá, 121 - Centro - Santa Maria de Jetibá/ES - CEP 29.645-000. Email: helgatesch@soufarese.com.br

INTRODUÇÃO

Este Trabalho na área do Direito aborda o tema da Regularização Fundiária Rural, uma análise das áreas rurais e dos instrumentos jurídicos destinados à efetivação do direito de propriedade. A pesquisa tem como objetivo analisar os direitos de propriedade das comunidades rurais, identificando as dificuldades dos proprietários em relação à regularização fundiária.

A regularização fundiária rural constitui um relevante objeto de estudo no âmbito do Direito, principalmente por sua relação intrínseca com o direito à propriedade e a efetivação deste. A propriedade, enquanto direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, estabelece, em seu artigo 5º, XXII e XXIII, a garantia do direito à propriedade privada e sua função social respectivamente (BRASIL, 1988). No entanto, para que esse direito seja efetivado é necessário que o imóvel esteja regularizado perante os órgãos competentes. Neste sentido, entende-se a regularização fundiária como um processo de legalização dos imóveis rurais que busca sua inserção na economia formal.

MATERIAIS E MÉTODOS

principais pontos abordados pelos doutrinadores, assim como uma comparativa de suas divergências e convergências no que se refere a regularização fundiária rural. A metodologia para abordar o tema "REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL: Uma análise das áreas rurais e dos instrumentos jurídicos destinados à efetivação do direito de propriedade." Foi composta por uma pesquisa bibliográfica. Os dados coletados serão analisados qualitativamente. A análise dos textos (leis, regulamentos, entrevistas) será feita por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977).

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento de literatura existente relacionada ao tema, como livros, artigos, teses e dissertações. Esta etapa tem como objetivo analisar diferentes autores brasileiros que contribuem para este tema.

Foi feita a análise de conteúdo para identificar os principais conceitos, argumentos e perspectivas apresentadas por cada autor. E com base nesta pesquisa bibliográfica serão elaborados resumos sucintos a fim de destacar os principais pontos abordados pelos doutrinadores, assim como uma comparativa de suas divergências e convergências no que se refere a regularização fundiária rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo se justifica pela relevância socioeconômica da regularização fundiária para o desenvolvimento rural e a segurança jurídica dos proprietários rurais. A regularização fundiária é uma questão complexa que envolve aspectos legais, administrativos e sociais. As terras rurais constituem uma parcela significativa do patrimônio brasileiro e um importante recurso para a economia rural. O acesso seguro à terra é essencial para a subsistência e o bem-estar das famílias rurais.

A pesquisa levanta a questão: "A regularização de imóveis rurais ainda enfrenta desafios, como a burocracia, a falta de informação por parte dos proprietários e conflitos de terras. Em muitos casos, a terra pode ter sido adquirida sem um processo legal, por meio de herança ou posse, como regularizar?".

Nesse sentido, o trabalho busca investigar os principais obstáculos para a regularização fundiária rural no Brasil e sugerir possíveis soluções para superá-los. Além disso, pretende-se analisar os instrumentos jurídicos disponíveis para garantir o direito de propriedade nas áreas rurais.

Os resultados deste estudo podem contribuir para o debate sobre a regularização fundiária rural no Brasil, proporcionando subsídios para políticas públicas e estratégias jurídicas efetivas para a garantia do direito de propriedade rural. Além disso, pode auxiliar proprietários rurais na compreensão de seus direitos e na busca por soluções para os problemas fundiários que enfrentam.

Os dados coletados nesta pesquisa revelam a complexidade e os desafios associados à regularização fundiária rural no Brasil. Espera-se que os resultados obtidos ajudem a promover uma compreensão mais profunda da situação e incentivem a discussão e ação em relação a esse importante tema.

A pesquisa tem como objetivo principal apresentar um panorama abrangente da realidade da regularização fundiária no contexto rural do país. Espera-se que esse panorama forneça insights importantes para formuladores de políticas, autoridades governamentais e todos os detalhes nessa questão.

Além disso, espera-se que os resultados da pesquisa destaquem a importância de superar os desafios na implementação dos instrumentos jurídicos disponíveis e fortalecer as políticas públicas voltadas para a regularização fundiária. Isso pode contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, promovendo o acesso à terra, a segurança da posse e o uso responsável dos recursos naturais.

Em resumo, espera-se que esta pesquisa forneça uma base sólida de informações e análises que possam informar a tomada de decisões e promover mudanças positivas no cenário da regularização fundiária rural no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos mostram que a falta de informação e a burocracia são os principais desafios enfrentados pelos agricultores no momento de regularizar suas terras. Além disso, percebeu-se que as políticas públicas voltadas para essa questão ainda são insuficientes e muitas vezes ineficazes. De acordo com Sampaio (2010), "a efetivação do direito de propriedade no meio rural depende não apenas de leis, mas também de uma gestão pública eficiente e comprometida com os interesses dos pequenos agricultores".

A importância desses achados reside na possibilidade de se pensar em estratégias mais eficientes para a regularização fundiária rural. Como apontado por Silva et al (2015), "a regularização fundiária é uma ferramenta fundamental para garantir a segurança jurídica dos proprietários rurais e promover o desenvolvimento sustentável do campo". Portanto, é necessário investir em políticas públicas que visem não apenas à regularização das terras, mas também ao apoio e à capacitação dos agricultores.

Por fim, vale ressaltar que este estudo contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a regularização fundiária rural, mas ainda há muito a ser pesquisado. Como sugerido por Santos (2012), "é preciso continuar investigando e discutindo essa questão, a fim de encontrar soluções mais justas e eficazes".

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- MEDAUAR, O. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.
- CARVALHO, J. *A Regularização Fundiária Rural no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.